

REFERÊNCIAS

RÚSSIA

MARIA RAQUEL FREIRE

Steve LeVine, *Putin's Labyrinth: Spies, Murder, and the Dark Heart of the New Russia*

Nova York, Random House, 2008, 194 pp.

Steve LeVine, responsável pela secção de política externa da revista *Newsweek*, conhecia bem a União Soviética, acompanhou a transição pós-soviética e redescobre neste volume a nova Rússia sob a presidência de Vladimir Putin. Como o autor afirma, trata-se de uma «crónica sobre violência na Rússia moderna», onde são analisados detalhadamente alguns dos casos mais mediáticos de mortes brutais, como a de Anna Politkovskaia ou Alexander Litvinenko; exílios forçados, como o de Boris Berezovsky; e relatos de sobreviventes do assalto de 2002 ao teatro em Moscovo, onde a sorte dos reféns foi ditada por uma resposta violenta das autoridades.

Num tom forte, onde as palavras «assassínio», «espionagem» e «rpto» são constantes na descrição do «coração negro» da nova Rússia, a análise é fundamentada em documentos oficiais, conversas com familiares e amigos das vítimas, e entrevistas a pessoas ligadas ao poder central. LeVine sublinha a mudança fundamental na forma como os assassinios de Estado eram conduzidos nos tempos da União Soviética, de forma violenta mas encoberta, uma vez que a imagem de ordem era fundamental. Com Boris Ieltsin o padrão inverte-se, e as violações das «regras do jogo» sucedem-se com a prática de actos brutais a tornar-se frequente à luz do dia. O cidadão comum torna-se um alvo fácil no fogo cruzado de vinganças e lutas intersticiais pelo poder, entre os mais poderosos – os oligarcas – e a afirmação de um submundo paralelo dominado pela «máfia russa». De acordo com o autor, assim que Vladimir Putin assume a presidência, é estabelecido um contrato social entre as máfias e o Estado. Isto significa que estes grupos obscuros passam a fazer parte da nova ordem, trabalhando para empresas de segurança ao mais alto nível, incluindo ministérios e empresas estatais. De facto, já em finais de 2006, cerca de 78 por cento da elite política e económica na Rússia era constituída pelos *siloviki* (membros das agências de segurança e militares da Rússia). O objectivo claro subjacente a esta alteração prende-se com a necessidade de, novamente, se assumir uma imagem de ordem, interna e externamente, para que o reposicionamento da Rússia no sistema internacional possa ser consolidado. No entanto, os assassinatos, raptos e relatos vários que o livro descreve demonstram que os «assassinios de Estado» estão de regresso, e que uma política de medo se reinstalou na nova Rússia. A palavra

de ordem é, por isso, eliminação de qualquer ameaça ao regime. Uma escrita densa que revela os pormenores de teias infindáveis de contactos, redes, personagens, e dinâmicas do que constitui o complexo «labirinto de Putin».

Edward Lucas, *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West*

Nova York, Palgrave Macmillan, 2008, 261 pp.

Edward Lucas, especialista sobre a Europa de Leste do *The Economist*, inicia a sua análise neste livro com os assassinatos brutais de Anna Politkovskaia e Alexander Litvinenko como sinais claros de uma Rússia a reverter-se no período pós-Boris Ieltsin aos velhos princípios soviéticos e, desse modo, a constituir uma séria ameaça para os seus próprios cidadãos e para o exterior. No entanto, de acordo com Lucas, o mundo tem-se mantido complacente e desatento face a estes desenvolvimentos. E reforça que, actualmente, a «luta contra o terrorismo» parece permitir o mesmo erro. As acções que se seguiram, como a intervenção no Iraque ou o tratamento dos prisioneiros em Guantánamo, tornaram-se a arma de propaganda mais potente contra os Estados Unidos e os seus aliados.

Ao longo da presidência de Vladimir Putin a retórica adensou-se e as relações com os Estados Unidos tornaram-se cáusticas. Este contexto é definido pelo autor como «a nova Guerra Fria», uma terminologia que o próprio entende como alvo de críticas face a algum exagero terminológico, uma vez que o contexto e as dinâmicas são diferentes. No entanto, Edward Lucas defende que os sinais são claros: vários países ocidentais têm-se insurgido contra a Rússia, especialmente os Estados Unidos, o Reino Unido e alguns antigos estados comunistas; os estados mais próximos do Kremlin são parte da galeria pária: Síria, Venezuela e Irão, mais uma mão cheia de repúblicas ex-soviéticas, como a Bielorrússia e o Tajiquistão. Também se tem aproximado da China, em particular no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai, sendo que não é segredo o seu desejo de manutenção de direitos sobre o antigo império, e de contenção de quaisquer acções contrárias aos seus interesses. De facto, Putin afirmou que a maior catástrofe geopolítica do século XX foi o colapso da União Soviética.

Deste modo, o autor argumenta que «o Ocidente está a perder a nova Guerra Fria, quando ainda nem notou que ela já começou». Ao longo de nove capítulos, Lucas descreve a chegada de Vladimir Putin ao poder e a consolidação de políticas de controlo, incluindo violência, censura e repressão. Analisa ainda em detalhe a economia russa, desconstrói a ideia de que não existe uma «ideologia russa», e explica a arma mais significativa do Kremlin, a energia, seguida das questões militares e de segurança. Conclui com possíveis opções para que o Ocidente ganhe esta nova Guerra Fria, ressuscitando o princípio de segurança colectiva para lidar com as políticas de «dividir para reinar» que a Rússia tem prosseguido.

O autor apresenta uma análise interessante mas que acaba por reforçar o argumento contrário de que, de facto, as diferenças existentes nos modelos de desenvolvimento político, social e económico não fazem do contexto de tensão uma nova Guerra Fria, sendo antes reflexo das dificuldades de ajustamento a um contexto internacional diferenciado e a dinâmicas em mutação.

Anne de Tinguy (org.), *Moscou et le Monde: l'Ambition de la Grandeur: Une Illusion?*

Paris, Éditions Autrement, 2008, 217 pp.

Dirigido por Anne de Tinguy, professora e investigadora na Sciences Po, Paris, o livro assume o regresso da Rússia ao cenário internacional como um dado adquirido que suscita várias interrogações e algumas inquietações a Ocidente.

A postura russa resulta da sua visão do mundo (em plena mutação e onde «o mito da unipolaridade de afundou definitivamente no Iraque»), e da conjugação de factores internos e externos, sendo um dos melhores exemplos a subida nos preços dos combustíveis fósseis a partir de 2000, ano em que Vladimir Putin assume a presidência do país. Partindo do princípio que poder económico se traduz em poder político, esta leitura do Kremlin torna as relações da Rússia com o Ocidente (leia-se Estados Unidos e União Europeia) menos permeável a críticas relativamente à sua concepção de democracia e direitos humanos. De facto, a Rússia entende que o modelo ocidental não é adequado, e advoga uma definição própria de democracia. A maturação da postura russa consagra-se, de acordo com Anne de Tinguy, com os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, os alargamentos da NATO e da União Europeia, acontecimentos que, conjugados com o crescimento interno, permitem uma postura simultaneamente reactiva e assertiva russa, que acaba por ter como reflexo a popularidade interna de Putin. Os problemas da transição, no entanto, persistem: essencialmente a nível «identitário e estratégico». Acresce às relações a Ocidente a dimensão asiática, com impacto claro nas opções de política externa e que Vladimir Putin contorna ao definir a Rússia como uma «potência euro-asiática». Em finais do seu segundo mandato, a «Rússia já não é o homem doente da Europa»; mas no mundo euro-atlântico a Rússia não encontrou ainda o seu lugar. O paradigma da transição democrática parece não conseguir dar lugar a um novo modelo no relacionamento da Rússia com o Ocidente: «o Kremlin desorienta os seus parceiros sem propor um novo relacionamento que estes considerem construtivo». As perspectivas permanecem em aberto quanto ao futuro da Rússia, uma vez que persistem problemas estruturais essencialmente a nível económico (parca diversificação de investimentos) e demográfico.

Num volume que conta com a excelência analítica de Vladimir Baranovsky, num capítulo sobre o processo de formulação da política externa russa, são depois levantadas

questões fundamentais e analisados os desafios estruturais à manutenção da nova Rússia nas relações internacionais como potência estratégica de relevo, com base nos pressupostos mencionados, tornando este volume uma leitura a recomendar.

Robert Levgold (ed.), *Russian Foreign policy in the 21st Century & the Shadow of the Past*

Nova York, Columbia University Press, 2007, 534 pp.

Professor na Columbia University, em Nova York, Robert Levgold procura neste volume, com o contributo de vários autores, analisar a política externa russa actual à luz de quatro séculos de história. Através da identificação de eixos estruturantes na história russa, as várias contribuições procuram fundamentar padrões de continuidade e mudança na busca de entendimentos para dinâmicas e processos actuais.

Primeiro, a política externa russa tem sido moldada pela procura constante de estabilização das fronteiras, de forma mais agreste a Ocidente e Sul e menos a Leste, deixando marcas nas políticas russas e criando um sentimento permanente de «insegurança». Segundo, ao longo da sua história a ligação entre questões económicas e de segurança nacional manteve sempre expressão na política externa, ora promovendo, ora complicando as relações com vizinhos e outras potências. Nada de novo nas análises de política externa russa nos dias de hoje. Terceiro, desde o século XV que o processo de engrandecimento territorial é prosseguido com base no princípio de unidade eslava, sendo cunhado não de «expansão», mas de «unificação». Ou seja, a missão imperial subjugada a um entendimento de comunidade eslava partilhado, mesmo que de forma dominante a nível político. No entanto, não significando a identificação de uma identidade numa num quadro multiétnico fragmentado – ou seja, as reminiscências de um império multinacional, uma pesada herança do passado, e a resistência a reformas e mudança, a contribuírem para as dificuldades em ultrapassar esta identidade nacional fragmentada. Quarto, a procura de alianças, essencialmente de conveniência, e a postura face à ordem internacional, com base em princípios de colaboração com instituições internacionais como forma de assegurar a não alteração do *status quo*, especialmente face a estados revisionistas (a Alemanha e a França surgem como exemplos).

Com base nestes pressupostos, o livro explora padrões históricos que permitem de algum modo perceber o que é novo e o que não é assim tão novo na política externa russa. O cruzamento de todos estes factores e o modo como eles funcionam, ora como adjuvantes, ora como óbices à formulação e implementação da política externa russa, são aqui analisados. Os diferentes contributos concorrem para o entendimento de que os traços do passado continuam muito presentes na Rússia de hoje. Esta terá por isso de provar que a «democracia soberana» não é um equivalente simplificado de «autoritarismo burocrático». Mas tal como o termo que a antecedeu, «democracia de gestão», a

expressão permanece contraditória: «soberana» significa não interferência e «democracia» é entendida como um modelo de desenvolvimento com características próprias e específicas à Rússia. As possibilidades de abertura da política externa e a direcção que esta vai tomar dependerão, por isto mesmo, do modo como as desvantagens e obstáculos que a Rússia enfrenta, especialmente em termos internos, venham a ser mitigados, ultrapassados ou isolados. O peso do passado nas políticas actuais da Rússia dependerá da forma como esta conseguir lidar com o mesmo, optimizando as escolhas e possibilidades que o presente e o futuro lhe oferecem.